

nacional e internacionalmente pelo seu ativismo contra as remoções forçadas provocadas pela especulação imobiliária e pelos megaeventos, como foram as Olimpíadas no Rio de Janeiro. As *Lives de outubro* foram concebidas com o intuito de estabelecer um diálogo com comunidades que passaram ou que ainda passam pelo mesmo processo de despejo; boa parte delas tem no poder público o seu maior antagonista. Segundo o morador e ativista Luiz Cláudio Silva, que conduziu o diálogo com a Neta, fica evidente a consciência dos interesses econômicos em jogo nestes processos de desapropriação:

Nós estamos com remoções em vários estados do Brasil. Tivemos em Campo Grande, Minas Gerais⁵⁵; em João Pessoa, na Paraíba. Fomos também até a comunidade do Banhado, em São José dos Campos, São Paulo⁵⁶, todas [elas] ameaçadas de remoção por causa da especulação imobiliária. A gente sabe muito bem o que está por trás disso tudo... A gente aqui não era contra as Olimpíadas, mas não queríamos pagar o preço dessas Olimpíadas. Vocês aí não são contra o avanço tecnológico da Base Espacial, só não querem pagar esse preço. Mas tudo vira pretexto... (Depoimento gravado na *Live* do dia 28 de outubro de 2020)⁵⁷

Dorinete faz um depoimento emocionado sobre a antiguidade dos povoados desta região e cita documentos legais que garantem a permanência da comunidade no local:

55 <https://mst.org.br/2020/08/19/despejo-no-acampamento-quilombo-campo-grande-mg-acende-alerta-durante-a-pandemia/>, acesso em 29 de janeiro de 2021.

56 <https://pt-br.facebook.com/pg/Banhadoresiste/posts/>, acesso em 29 de janeiro de 2021.

57 As *Lives de outubro* do Museu das Remoções foram concebidas com o intuito de estabelecer um diálogo com comunidades que passaram ou que ainda passam pelo mesmo processo de despejo; boa parte delas tem no poder público o seu maior antagonista. Segundo o morador e ativista Luiz Cláudio Silva, que conduziu o diálogo com a Neta, fica evidente a consciência dos interesses econômicos em jogo nestes processos de desapropriação.

Aqui era uma fazenda, onde existe esta comunidade era uma fazenda, e pertencia ao Sr. Teófilo José de Barros, e que ele doou para esta comunidade. Mas não só esta, porque dentro das terras que eram dele existem outras pequenas comunidades. Então no documento de doação ele fica como “é doados para os pobres do lugar”. Então a gente considera como “terras da pobreza”. Toda terra em que está Canelatiua e mais umas outras pequenas comunidades, que são num total de seis. E essa doação aconteceu em 1856. Existe um manuscrito dessa doação de 1856, aonde o Teófilo José de Barros doou as terras para as pessoas que aqui moravam, as famílias. Nós temos também o registro do cartório, que aconteceu em janeiro de 1915, quando houve um pequeno conflito, onde queriam pegar parte das terras e aí foi demarcado tudo novamente e tem esse registro em cartório. Mais de um século de registro em cartório destas terras. E aí, a partir de 1980, nós tomamos conhecimento que Alcântara receberia o Centro de Lançamento e que muitas comunidades seriam deslocadas. Aconteceram os primeiros deslocamentos, em 1986 e 1987, onde 312 famílias foram remanejadas e foram colocadas em umas pequenas vilas criadas pelo Centro de Lançamento, e que eles chamam de agrovilas, e nós aqui seríamos removidos em uma outra fase e que até agora, graças a Deus, e por toda nossa luta e resistência, não aconteceu. (Depoimento Live MDR, em 29 de outubro de 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sempre um desafio comparar experiências e apontar os pontos que se assemelham e os que se distinguem. Nos casos aqui apresentados, procurei analisar processos museais autônomos das políticas de Estado. Nesse sentido, confrontando as experiências dos quilombolas do município de Alcântara, no estado do Maranhão, e as motivações que os levaram a criar o Centro de Saberes Mãe Anica, com iniciativas similares de comunidades periféricas e de favela da cidade do Rio de Janeiro pretendi promover um diálogo entre as experiências de luta e resistência durante processos de remoção forçada dos territórios de origem.

Desse modo, a criação dos “museus vivos” vem produzindo uma série de reflexões sobre novas modalidades de coleção, catalogação de acervos e modos de exibição, que foram sendo retomadas em diversos momentos desta pesquisa. É importante, pois, sublinhar que as fichas museográficas e as narrativas expositivas foram analisadas em função das relações sociais estabelecidas entre pesquisadores colaboradores e agentes sociais. Conforme relatou a antropóloga Patrícia Portela Nunes (2017), pesquisadora do PNCSA, todo esse processo parece “demarcar uma inflexão em referência às ações de musealização que, orientadas pelas noções de ‘sociedade, cultura e/ou povos primitivos’ – ou ‘selvagens’ por derivação –, fundamentaram a organização e estruturação de coleções representativas dos chamados ‘primitivos em contexto colonial’” (NUNES, 2017, p. 87).

O que se observa nas experiências aqui relatadas é a articulação de processos museais em redes e trabalhos cooperativos. Tanto as articulações dos museus comunitários no Rio de Janeiro, quanto os CCS’s, apoiados pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)⁵⁸, fazem parte de relações sociais anteriormente consolidadas, pautadas pela troca de experiências e pelo reforço das reivindicações por direitos culturais, identitários e territoriais.

Os Centros de Ciências e Saberes são pequenos museus criados em territórios indígenas e quilombolas e por outros grupos étnicos da Região Pan-Amazônia, caracterizando-se como “situações sociais autônomas, independentes dos atos de Estado e das políticas museais, tanto propondo perguntas, quanto buscando responder a uma sequência de interrogações colocadas hoje à pesquisa etnográfica” (ALMEIDA, 2017, p. 50). São “museus vivos” porque encontram-se inseridos no cotidiano das pessoas: são práticas e conhecimentos contados na primeira pessoa, exibindo modos de vida, sistemas de crenças, usos e costumes.

58 O PNCSA foi criado em 2005 e neste período produziu uma série de mapas, fascículos, boletins, livros, relatórios de pesquisa e outros documentos disponíveis em: www.novacartografiasocial.com.br. Acesso em: 01 de maio de 2020.

Neste caso, as inter-relações entre mapas e museus são bastante manifestas. Porém, é preciso fazer algumas distinções entre o modo colonialista da produção de mapas e coleções de objetos da cultura material do “outro” e as “novas” formas de cartografia social e autorrepresentação dos sujeitos sociais. Segundo Almeida (2018),

há um deslocamento nos significados de museus, ao produzirem coleções intrínsecas aos seus padrões culturais. O empenho em produzir seus próprios mapas demonstram não apenas uma afirmação identitária, mas sobretudo situações de tensão social, envolvendo povos e comunidades tradicionais⁵⁹

Não obstante, observa-se uma importante diferenciação entre as experiências por ora analisadas. Enquanto os CCS's não estabelecem pontos de contato com os programas governamentais, aquelas articuladas à REMUS-RJ estão em constante aproximação com as políticas de Estado. Outro ponto que os distingue é o condicionamento de suas práticas ao campo museológico. O CCS Mãe Anica “não obedece a todas as normas de um museu” (depoimento de Neta), e nem está se subordinando isto. Já o Museu das Remoções, tem sim tais pretensões. Em 2017, elaborou o seu plano museológico, que pode ser consultado em seu site⁶⁰. Além disso, este museu fundamenta-se na museologia social, que tem como princípio a vida, a defesa da vida antes de tudo, conforme demonstram Chagas e Bogado (2017). No Rio de Janeiro, a Rede de Museologia Social conecta os “museus comunitários” e ressemantiza as formas de usar o território. Essas iniciativas de uma museologia social propõem narrar as experiências vividas por um grupo de pessoas e a

59 ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Mapas e museus: uma nova cartografia social. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 70, n. 4, p. 58-61, Oct. 2018. Available from <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252018000400016&lng=en&nrm=iso>.

Acceso on 01 Feb. 2021. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602018000400016>.

60 https://drive.google.com/file/d/1B_BQsCbn9xYuwp1NrtuIAYxYuCKj8sXn/view, acesso em <https://museudasremocoes.com/>, em 20 de janeiro de 2020.

seleção dos objetos é sempre carregada de significados para aqueles que os selecionam. Sendo assim, uma das peças do Museu das Remoções é uma “barricada” que havia sido colocada por membros da comunidade durante os Jogos Olímpicos, quando carros e ônibus utilizavam a via principal da Vila Autódromo para encurtar caminho até o Parque Olímpico, pondo em risco crianças e animais. Esta estrutura, construída mediante uma necessidade de autopreservação, permanece no local como parte da paisagem, integrando um museu a céu aberto que ativa a memória em meio à rotina diária.

Cabe assinalar que o próprio termo “patrimônio” precisa ser ressemantizado. Para tanto, aludindo à perspectiva defendida por Almeida (2004), procuramos partir de unidades concretas de mobilização social⁶¹ em torno da noção de patrimônio cultural, ao mesmo tempo em que rejeitamos quaisquer categorias externas e que não sejam objetificadas propriamente nas mobilizações sociais em questão. Ressalta-se que, dentre as formas de mobilização em Alcântara, a criação do CCS Mãe Anica é uma iniciativa que reúne artefatos da trajetória de luta grupos locais. Ele agrupa não só referências dos artefatos materiais, mas também referências culturais e do patrimônio imaterial.

Há algum tempo os museus passaram da condição de *templo* para *fórum* (Karp & Lavine, 1991, 1992). Os pequenos museus ora analisados falam da vida, dos saberes e fazeres cotidianos.

Segundo Sandra Maria Teixeira, se fosse possível definir museus no Século XXI, e considerando a experiência do Museu das Remoções, poder-se-ia afirmar:

Museu é uma instituição que não necessariamente precisa de uma institucionalização formal para existir em vida e prática, independente da proximidade e discurso da sociedade em questão, que não

61 O conceito de “unidades de mobilização” refere-se à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador da intervenção do Estado [...] ou pelas ações por ele incentivadas ou empreendidas (ALMEIDA, 2004, p. 10).

necessariamente é aberta ao público - já que em alguns casos é restrita a alguns selecionados – que pesquisa, adquire, conserva, investiga, expõe, transmite e discute as mais diversas questões, materiais e imateriais, relativas ao convívio e práticas culturais, com fins de educação, estudo, questionamento e ação social. (TEIXEIRA, et al., 2018, p. 110)

Por fim, a partir da análise das experiências em questão e das entrevistas com atores sociais diretamente envolvidos nestes atos de resistência, tendo a concordar com as afirmações de Mário Chagas e Diana Bogado (2017) para quem uma “museologia que não serve para a vida, não serve para nada”.

SOBRE O AUTOR

Luciene Menezes Simões

Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais pela UFRJ (1994), com Mestrado em História da Cultura pela PUC-Rio (1998) e Doutorado em Antropologia pela UFF (2008). Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz (2018-2019). Desenvolve pesquisas nas áreas de patrimônio cultural imaterial, identidades sociais e cartografia social. Participei, como pesquisadora e colaboradora, da elaboração de um fascículo do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, vinculado à Universidade Estadual do Amazonas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; LIMA FILHO, Manuel F. A trajetória do GT de Patrimônio e Museus da Associação Brasileira de Antropologia. In: Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos. Izabela Tamasso, Manuel Lima Filho (orgs). Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Terras Tradicionalmente Ocupadas. Processos

de territorialização e movimentos sociais. R. B. Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, n. 1, maio de 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombolas e a Base de lançamento de foguetes de Alcântara. Laudo antropológico. Vols 01 e 02, Brasília: MMA, 2006. Disponível:

https://www.mma.gov.br/estruturas/168/_publicacao/168_publicacao03022009105833.pdf;

https://www.mma.gov.br/estruturas/168/_publicacao/168_publicacao03022009105925.pdf.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. A historicidade da vida contra a museificação: os museus e os mapas nos “Centros de Ciências e Saberes” In: Museus indígenas e quilombolas: Centro de Ciências e Saberes. Alfredo Wagner B. Almeida; Murana Arenillas Oliveira (Orgs.) Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2017.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Mapas e museus: uma nova cartografia social. Cienc. Cult., São Paulo, v. 70, n. 4, p. 58-61, Oct. 2018. Available from <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252018000400016&lng=en&nrm=iso>.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Programas de Pós-Graduação em Antropologia na Amazônia. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2019.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PESCADORES DA VILA AUTÓDROMO. Plano Popular da Vila Autódromo. Plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural. Rio de Janeiro, 2016.

BOGADO, Diana. O Museu das Remoções da Vila Autódromo. Potência de resistência criativa e afetiva como resposta sociocultural ao Rio de Janeiro aos megaeventos. (Tese de Doutorado). Espanha: Universidad de Sevilla, 2017.

CHAGAS, Mário; BOGADO, Diana. “A museologia que não serve para a vida, não serve para nada: o Museu das Remoções como potência criativa

e potência de resistência. In: Memória das Olimpíadas no Brasil: diálogos e olhares. Lia Calabre [et al.] (orgs) Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017.

COMITÊ POPULAR DA COPA E DA OLIMPÍADA DO RIO. Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro. "Olimpíada Rio 2016: os jogos da exclusão", novembro de 2015.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. Cadernos Pagu, Unicamp, dez. 2011, n. 37, p. 9-41.

DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas Wittgensteinianos. RBCS, v. 14, n. 40, junho 1999.

DIAS, Nélia. "Antropologia e museus: que tipo de diálogo?". In: Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas. Regina Abreu, Mário de Souza Chagas, Myrian Sepúlveda dos Santos (orgs.). Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007.

Documento Base do Protocolo Comunitário sobre Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado do Território Étnico de Alcântara. Alcântara: MABE/STTR/MOMTRA/ATEQUILA, 2019. Disponível:

http://www.global.org.br/wpcontent/uploads/2020/03/Protocolo_Alcantara_web_final.pdf

ETTERN/IPPUR/UFRJ. Viva a Vila Autódromo. O Plano Popular e a luta contra a remoção. Giselle Tanaka [et al.] (orgs.). 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

FREIRE, Letícia de Luna. "A Olimpíada traz mais do que só a Olimpíada": megaeventos esportivos e direito à moradia no Rio de Janeiro. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, n. 17, 2019, p. 71-95.

FREIRE, Letícia de Luna. Quando a "cidade olímpica" não é para todos: o caso da Vila Autódromo, RJ. Revista Advir. Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 35 (julho, 2016), Rio de Janeiro: Asduerj, 2016.

KARP, Ivan; LAVINE, Steven D. (orgs) Exhibiting Cultures. The poetics and politics of museum display. Smithsonian Institution, 1991.

KARP, Ivan; LAVINE, Steven; KREAMER, Christine (orgs.). Museums and Communities. Smithsonian Institution, 1992.

MABE, STTR, SINTRAF, MOMTRA, PPGCSPA. Dados socioeconômicos e agropecuários do município de Alcântara – MA (1980-2020). Coleção Pedra de Rumo. Volume I. São Luís: EDUEMA, 2020.

Nova Cartografia Social da Amazônia. Luta dos Quilombolas pelo título definitivo – Oficinas de Consulta – Alcântara/MA. (Fascículo nº 25). Manaus: Editora UFAM, 2008. Disponível em:

<http://novacartografiasocial.com.br/download/25-luta-dos-quilombolas-pelo-titulo-definitivo-oficinas-de-consulta-alcantara-ma/>

Nova Cartografia Social da Amazônia. Quilombolas atingidos pela Base Espacial de Alcântara – Maranhão. (Fascículo nº 10). São Luís: MABE/STTR, 2007.

Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/10-quilombolas-atingidos-pela-base-espacial-de-alcantara-maranhao/>

NUNES, Patrícia Ma. Portela. A musealização como política de reconhecimento: a experiência de criação dos chamados “Centro de Ciências e Saberes” por povos e comunidades tradicionais. In: Museus indígenas e quilombolas: Centro de Ciências e Saberes. Alfredo Wagner B. Almeida; Murana Arenillas Oliveira (Orgs.) Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2017.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “A refundação do Museu Magüta: etnografia de um protagonismo indígena” In: Coleções e colecionadores. A polissemia das práticas. Aline Montenegro, Rafael Zamorano (orgs.). 1ª ed. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012, v. 1, p. 201-2018.

PEREIRA ARAÚJO, Aniceto; MORAIS, Dorinete Serejo; DINIZ, Antônio Marcos Pinho; MORAIS, Samuel Araujo. Lutas em memória: a luta pela

terra reforçada pela luta em defesa dos territórios quilombolas. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Orgs.) [et al] – Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.

Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/06-lutas-em-memoria-a-luta-pela-terra-reforcada-pela-luta-em-defesa-dos-territorios-quilombolas/>

SEREJO, Dorinete. Quilombolas de Alcântara diante de duas ameaças letais: Bolsonaro e coronavírus. Disponível:

<https://esquerdaonline.com.br/2020/05/04/quilombolas-de-alcantara-diante-de-duas-ameacas-letais-bolsonaro-e-coronavirus/>

TEIXEIRA, Sandra Ma. [et al.]. O museu brasileiro, seus quereres e poderes, para uma improvável definição – o caso do Museu das Remoções. In: Defining Museums of the 21st Century: plural experiences. Bruno Brulon Soares [et al.] editors. Paris, ICOM/ ICOFOM, 2018.

DEBATES ANTROPOLÓGICOS

GUARIMÃ
Revista de Antropologia & Política

RAIMUNDO LOPES: UMA TRAJETÓRIA TANGENCIAL EM DEBATE

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia

1 – Um lugar comum nas interpretações da história da antropologia e naquelas da história do pensamento científico ou das ciências e das artes, concerne ao procedimento de privilegiarem efemérides como marcas da evidencia de possíveis periodizações. As efemérides consistem em datas instituídas por instancias de consagração intelectual e científica, que mantem uma regularidade na celebração de reafirmação da notabilidade e/ou da imortalidade de produtores intelectuais e de bens simbólicos, repetindo ritualmente a comemoração de acontecimentos a eles referidos. Tais eventos, que acontecem periodicamente, expressam datas concernentes a rituais de passagem: de nascimento ou de morte, de fundação de uma instituição ou de seu término, de acontecimentos considerados disruptivos e relativos a “autores notáveis”, a escolas de pensamento⁶² (RUSSELL, 2016) e a obras.

Os critérios usuais de classificação de produtores intelectuais e científicos e das respectivas escolas de pensamento elegem tais marcas consoante uma determinada unidade de tempo: seja específica (dia, semana, ano, década, século) ou seja genérica (era, época, ciclo). “Semana de Arte Moderna”, “Década das Conferencias”, “Belle Époque” e “Século das Luzes” consistem em referencias recorrentes nas mencionadas histórias. De igual modo tem-se menções frequentes a determinados anos, que funcionam, como diria o antropólogo Castro Faria, tal **datas canônicas**: “1870”, “1900”, “1930” e “1968”, por exemplo.

62 Vide Russell, Bertrand – **História do Pensamento Ocidental**. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira. 2016 (Tradução de Laura Alves e Aurélio Rebello).

Há ainda menções a expressões repetitivas que delimitam períodos, quais sejam: “era dos impérios”, “época de ouro” e “ciclos” como metáforas que denotam um tempo idealizado, seja de prosperidade ou de decadência.

As efemérides expressam o significado de um corte, de uma clivagem ou de uma separação, que evoca qualidade distinta do que foi produzido anteriormente, ou ainda uma articulação singular de seus artifícios. Este significado de clivagem, por seu turno, é tomado de empréstimo às ciências naturais e concerne à “propriedade que tem certos corpos minerais de se dividirem mais facilmente, segundo certos planos” ou a analogias com períodos geológicos⁶³, por exemplo, “a escala estratigráfica agrupa entre 80 e 90 períodos” (LA COTARDIÈRE, 2015, p.65). Da mesma maneira tem-se as grandes divisões de períodos com marcos fixos de onde se começam a contar as datas, tal como as divisões através das denominadas “eras” ou “épocas” de formação da existência da Terra. Certamente que estamos diante de novos métodos e usos sociais da datação e do próprio sentido de periodizar, que transcendem a uma subdivisão de tempos geológicos ou de tempos históricos, tornando o instrumento analítico da periodização um objeto de reflexão da própria história das ciências, submetido a acuradas leituras críticas, a relativizações e à própria negação do critério cronológico ancorado numa noção corriqueira de tempo linear. Os sistemas classificatórios reconhecidamente “arbitrários e conjecturais” -- como assinalam J. L. BORGES, em *El Idioma analítico de John Wilkins*, 1952, e M. FOUCAULT, em *Les Mots et Les Choses*, 1966 --, propiciam esquemas e modalidades de senso comum erudito que devem ser submetidos a uma análise crítica.

Os trabalhos de história das ciências, consoante esta perspectiva, adotam datas que tem uma ressonância aparentemente indiscutível na vida intelectual, remetendo sobretudo a uma “notabilidade” (individual ou em grupo) de produtores intelectuais consagrados ou a obras

63 “A escala estratigráfica agrupa entre 80 e 90 períodos. Cf. La Cotardièrre, Philippe (diretor)- **História das Ciências da Antiguidade aos nossos dias**. Vol.3. Lisboa. Eds. Texto e grafia. 2015 (1ª. edição francesa, 2004).

consideradas como “clássicas” e de grande impacto na vida social ou ainda a eventos classificados como historicamente significativos. Problematizar estes esquemas explicativos consiste num desafio permanente.

A leitura crítica da adoção destas clivagens tornadas canônicas, em sua repetição infinita, funciona como uma autoevidência, como algo que prescinde de uma demonstração e economiza explicações. Ela parte da premissa de que todos já estariam de acordo ou que há um consenso prévio, quando se aciona qualquer destas datas classificadas como “chaves” para fins de explicação e entendimento.

Certamente que estas efemérides e periodizações, enquanto marcas cronológicas, mesmo quando ritualizadas, consoante unidades de tempo, são cortes imperfeitos, que devem ser eles próprios relativizados, valendo antes de mais nada como aproximações ou quiçá como pretexto para se instituir prováveis indicadores de “novas” classificações da história das ciências. Os rituais de instituição ao pretenderem repensar as próprias periodizações trazem à cena intelectual episódios concernentes à trajetória científica de autores ou a eventos que classificam como relevantes ou que não merecem ser esquecidos. A pretensão de reconhecimento aparece neste contexto indissociada do ato de se pretender rememorar ou comemorar.

2 – Os critérios de consagração estão passando por uma rápida e profunda transformação nestas últimas décadas. Produtores intelectuais usualmente classificados como “menores”, “anônimos”, “desconhecidos” ou “ausentes” das galerias de “clássicos” e “ilustres” são “relançados”, preenchendo exigências estritamente intelectuais e fazendo, de certo modo, contraponto à representação ordinária dos “notáveis”. Tal perspectiva recoloca em pauta indagações sobre as formas de reconhecimento de autores considerados “menores”, “regionais” e não contemplados pelos classificadores de intelectuais e pelas histórias do pensamento.

3 – Em fins do século XX, em suas atividades de pesquisa no Museu Nacional, Luiz de Castro Faria ao eleger para publicação um livro com trabalhos selecionados de autoria de Raimundo Lopes incentivou Heloisa Bertol e Alfredo Wagner a repensar uma antropologia no Brasil, sobretudo nos anos 1930-40 mediante o resgate dos “esquecidos” e “ausentes”. Castro Faria nos convidava a travar uma batalha contra a ilusão de rigor do senso comum erudito. Reeditando Raimundo Lopes, Castro Faria projetou seu texto sobre Gonçalves Dias, problematizando e tornando complexo o significado de “ausente” ou “esquecido” nas histórias da antropologia. Gonçalves Dias é mantido igualmente “esquecido” para o pensamento antropológico, a despeito de ser consagrado nas histórias da literatura e da poesia, tendo sido inclusive “pensionista” do imperador Pedro II. R. Lopes e G. Dias são dois autores maranhenses. R. Lopes classifica Gonçalves Dias como “etnógrafo”, “poeta” e “historiador”.

A abordagem de Castro Faria coloca na mesa de discussão dos que tem pretensão classificatória a possibilidade de se reconstituir uma embrionária “rede de esquecidos”, em termos do pensamento antropológico. Ao pontuar o mérito de Raimundo Lopes, e por tabela a expedição realizada pela “Comissão Científica de Exploração no Ceará e regiões vizinhas”, coordenada por Gonçalves Dias, Castro Faria expõe a si mesmo face às possibilidades de uma antropologia do Brasil e a uma releitura do “indianismo”. O faz de forma criteriosa e transparente e solicita que nós os curadores de seu próprio acervo também o façamos⁶⁴.

Ao elaborar posfácio do livro de Castro Faria sobre Raimundo Lopes procurei cunhar uma noção prática denominada de **trajetória tangencial**⁶⁵ de um produtor intelectual. O significado de tal noção diz

64 O resultado foi a publicação do livro póstumo de autoria de Castro Faria- **Raimundo Lopes: dois estudos resgatados**. Rio de Janeiro. Ouro sobre Azul. 2010. Heloisa Bertol e eu organizamos e editamos este livro.

65 Trabalhei este conceito em estado prático no posfácio do livro de Castro Faria já citado e intitulado **Raimundo Lopes: dois estudos resgatados**. Tal posfácio tem como título: “Trajetória tangencial: Raimundo Lopes e a Antropologia no Brasil.” Pp.161-171. Reproduzi aqui parágrafos inteiros deste texto.

respeito a itinerários de produtores intelectuais e científicos, que coexistiam e mantiveram contato rotineiro com antropólogos e intelectuais consagrados, permanecendo sempre gravitando em torno deles sem criar “pensamento de escola”, como definiria P. BOURDIEU, sem ter epígonos e sem ter ocupado posições mais elevadas na hierarquia de instituições de consagração e excelência. Refiro-me a uma posição dominada internamente à fração dominante, como sublinha BOURDIEU, subordinada à “elite intelectual” e que tangencia todo o tempo as trajetórias intelectuais daqueles considerados “notáveis”. Não obstante pertencerem aos quadros funcionais de instituições de excelência, são vistos como autores “menores”, enquadrados em rotinas burocráticas e sem condições de possibilidade para ascender a posições mais elevadas. No presente caso vale destacar que Raimundo Lopes era “naturalista” do Museu Nacional, instituição de excelência científica. Verifica-se que a consagração desta instituição não se transfere automaticamente para o corpo de cientistas que a integra.

Esta noção de trajetória tangencial foi inspirada e construída a partir do conceito teórico de trajetória intelectual, elaborado por BOURDIEU, em suas análises sobre os discursos de pretensão biográfica. Ela objetiva contemplar autores considerados à “margem”, “escritores menores” e/ou autores que se acham subordinados intelectualmente aos “notáveis” e que mantêm uma interlocução permanente com eles. Compreende aqueles que estão em patamares inferiores de decisão sobre política científica ou sobre o gerenciamento de instituições de excelência. Abrange aqueles que aparecem na lateral, na ponta das fotos e imagens de grupos de intelectuais veiculadas pelas histórias das ideias, pelas histórias do pensamento e pelas histórias da ciência, sendo conservados numa posição de ostracismo, ou seja, sem serem mencionados explicitamente nos trabalhos de classificação da produção intelectual e científica.

Trajetoária tangencial, enquanto uma noção prática e tributária daquela de trajetória intelectual, busca estabelecer condições metodológicas para resgatar autores “esquecidos”, “ausentes”,

“menores”, mas que sempre mantiveram relações sociais estreitas com os consagrados. Os consagrados sempre conviveram com eles e se valeram de sua posição satelitizada para produzir polêmicas, para difundir e vulgarizar as “grandes teorias”. Os produtores intelectuais analisados por esta noção prática de trajetória tangencial não foram reconhecidos no seu tempo e não tiveram uma definição social de reconhecimento unânime e positiva. Eles não teriam produzido rupturas relevantes em qualquer campo de conhecimento e sempre teriam sido lidos como “apêndices” dos intelectuais consagrados ou de instituições de excelência. As interpretações classificatórias em que aparecem referem-se primeiramente a estas instituições ou aos consagrados a que se acham referidos.

A noção prática busca recuperar o que existe de contrastante, reconstituindo o sistema de relações sociais, num determinado período de tempo, e sua correspondência a um determinado estado do campo intelectual com seus temas e problemas peculiares. Assim, todas as situações ou pontos em que se tocam os itinerários e as diferentes trajetórias intelectuais tornam-se objeto de reflexão. Cargos, posições tomadas em face dos problemas e temas da ordem do dia do campo cultural, propostas e atos podem ser selecionados evidenciando como os autores “menores” só aparecem com maior expressão se marcamos os pontos do itinerário dos consagrados.

O exercício contrário de assinalar os pontos pelo itinerário dos autores “menores” complementa o trabalho anterior, mas pode resultar em produtos diferentes, qual seja um conjunto vazio ou não tangencial. Com toda certeza que isto deve ser assinalado, mas o eixo da análise deve ser o inverso mesmo. A definição social do consagrado sobraría nas bordas para os autores “menores”, condenados a eternos coadjuvantes pela visão do senso comum.

A construção do sujeito na individualidade do “notável” possui uma certa dimensão relacional já que não prescinde necessariamente dos autores considerados “menores”. Conhecimento de realidades localizadas, materiais etnográficos e de coleções científicas,

levantamentos sistemáticos de fontes documentais e arquivísticas podem estar entre os atributos dos denominados “menores” e por onde eles dialogam com os consagrados. Está-se diante de uma divisão do trabalho de produção científica que enfatiza lealdades, contribuições diretas e indiretas e o trabalho de terceiros (assistentes, estagiários, auxiliares de campo) ali embutido.

Os autores “menores”, como Castro Faria focaliza Raimundo Lopes, surgem encapsulados nas trajetórias dos consagrados e parece que só podem ser lidos e classificados assim. Ora, isto só é verdade em termos. Desde o momento em que o pesquisador cria condições de possibilidades e instrumentos conceituais para dar conta de elementos (posições, produções) próprios destes autores “menores”, sua produção pode ser analisada detalhadamente – sem se cair numa análise interna da obra, como sublinha BOURDIEU, ou seja, perscrutando as “luzes” que lhes são intrínsecas. E cabe indagar: haveria um brilho próprio que não foi detectado antes ou este brilho mesmo próprio é condicionado por aquele maior que o envolve?

A lealdade dos autores considerados “menores” a esquemas interpretativos já em desuso pelos consagrados constitui um obstáculo epistemológico à “novidade científica”, uma vez que fica mais cristalizada e resistente a quaisquer mudanças, mesmo quando mudar significa a condição necessária para conservar ou manter o *status quo*, como nos chama a atenção Lampedusa em *O Leopardo*. Haveria, pois, uma forma peculiar de “gatopardismo” nas histórias do pensamento social, que está a requerer uma interpretação crítica.

Castro Faria, ao se debruçar sobre os textos de Raimundo Lopes, navega por esta fímbria, ou seja, a oposição entre a “provincialização do conhecimento”, que é mantida no encastelamento dos autores “menores”, e o “cosmopolitismo dos consagrados”, que alarga a difusão de seus trabalhos sob a ótica da expansão do mercado literário e científico. Observe-se que *O Torrão Maranhense*, publicado por Raimundo Lopes, em 1916, no Maranhão, é incluso nos panoramas e histórias da literatura regional. O próprio Castro Faria o classifica como

“nativista”: “Raimundo Lopes não era exatamente um nacionalista, era um nativista. *O Torrão Maranhense* é a terra natal.”

Para além da definição social, os consagrados dominam as regras de comercialização pelo êxito da venda continuada, enquanto os “menores” só publicam por meio de agências que controlam seu direito autoral e os circuitos restritos de distribuição. O mercado aqui viabiliza tão somente a autonomia do consagrado e dos que potencialmente poderão assim se tornar.

Nesta ordem o “menor” de que se está falando não se reduz ao “escritor maldito”, “marginal”, “periférico”, mas abrange também o que vende bem, com tiragens excepcionais e constrói uma forma de autonomia que pode ser questionada moralmente, mas que sugere êxito, sucesso.

A tangente, através do mercado, refere-se a circuitos mais restritos: leitores de determinada publicação intelectual e de vulgarização científica, tiragens voltadas para um público cativo que conhece poucas variações no tempo, tiragens bastante limitadas. Os casos de publicação aqui, muitas vezes, dependem dos próprios consagrados e de suas instituições de referência, que criam condições para que seus epígonos circulem, já que uma vez circulando indiretamente promovem a aceitação de seus próprios livros, artigos e ensaios. Trata-se de um jogo de poder em que o consagrado impulsionaria os “menores”, ditando o senso público dos trabalhos que publicam e controlam o tempo de sua visibilidade intelectual. No caso de Raimundo Lopes, o seu livro *Antropogeografia* só foi publicado pelo Museu Nacional 15 anos após seu falecimento. Isto é, em 1956. Do seu livro de estréia, em 1916, à publicação de seu derradeiro passaram-se, pois, 40 anos. Importa levar em conta a morte de Lopes em 1941, isto é, 25 anos após seu primeiro livro. Com estas reedições de hoje em **Guarimã** tem-se completos 80 anos após a morte de Raimundo Lopes. Esta é a efeméride que aqui, de maneira crítica, comemoramos, buscando compreender as vicissitudes da trajetória tangencial deste autor maranhense e suas etnografias periféricas. Com os instrumentos extraídos desta noção de trajetória

tangencial penso que se torna mais factível abrir o debate em torno da ação e dos discursos de Lopes nos termos metodologicamente desejados por Castro Faria. Designado como “naturalista do Museu Nacional” e assim assinando suas publicações Lopes foi classificado nos interstícios de múltiplas posições: “literato”, “etnógrafo”, “geógrafo” e “antropólogo”. Todas estas posições enunciadas sem a plenitude dos atributos a elas correspondentes. Sugerem, portanto, uma classificação eternamente pela metade, inconcludente, inacabada e que confina o autor no domínio estrito dos autores “menores”, mas que convive com os consagrados como o foram, face a Lopes, seus “preceptores”, Roquette-Pinto e Heloisa Alberto Torres, em instituição de excelência, como o Museu Nacional.

Os processos de consagração de autores e de instituições mostram-se excludentes e intransferíveis mutuamente, embora, muitas vezes, os consagrados possam legitimar instituições vulneráveis e, ao contrário, instituições de excelência possam legitimar autores absolutamente “menores”. No caso das trajetórias tangenciais os consagrados “tocam” nos “menores”, mantendo-os no patamar de reconhecimento das instituições de excelência, porém sempre como “menores” em relação a eles próprios, os consagrados. O peso institucional se distingue do peso autoral ou do grau de importância e de reconhecimento de que cada autor desfruta. Estes pesos, entretanto, podem variar segundo os diferentes lugares sociais em que os autores interagem ou estabelecem múltiplas relações sociais. Raimundo Lopes é “menor” no âmbito das atividades realizadas no Museu Nacional, mas no Maranhão aparece como “consagrado”, segundo um reconhecimento amplo, posto que o fator autoral e o valor atribuído a *O Torrão Maranhense* o incrustam na galeria dos ilustres. Os pesos podem ser interpretados, portanto, como relativos, bem como os critérios de legitimação e os cânones científicos modificados de acordo com os diferentes circuitos do mercado de bens simbólicos, com os poderes locais e com o modus operandi das instituições de consagração. Os fatores políticos localizados perpassam, por sua vez, a trajetória de Raimundo Lopes, que é filho de um governador maranhense, sobrinho do patrono do Ministério Público estadual do

Maranhão, o poeta e jurista Celso de Magalhães, que era um expoente da escola positivista, conforme registra Ivan Lins in *História do Positivismo no Brasil*, que participou ativamente da campanha abolicionista. Raimundo Lopes é também irmão de um ensaísta renomado, Antonio Lopes. Esta “nobreza de classe”, nos termos de BOURDIEU, que o faz um patrono da Academia de Letras do Maranhão e um integrante da galeria de ilustres da vida intelectual da Província, não evita que seja classificado como um autor “menor”, quando se fala em história da antropologia no Brasil.

A trajetória tangencial só poderá ser descrita ao se tomar aquelas dos autores consagrados nas quais ela “toca” ou com os quais os “menores” se relacionam diretamente. Cargos, publicações, eventos e atos traduzem um complexo sistema de relações sociais intrínsecas à estrutura de um campo intelectual num dado período histórico. A cada vez que se “tocam” fica estabelecido um ponto de tangência. Assim é que trazemos Raimundo Lopes aqui nas páginas de **Guarimã** tal como Castro Faria o traz por meio da trajetória intelectual de Gonçalves Dias, considerado pelo próprio Lopes como o “primeiro antropólogo brasileiro”.

Nesta ordem, Raimundo Lopes, de um lado, poderia ser classificado como produtor de uma modalidade de “etnografia espontânea”, que se avizinha e se distingue daquela produzida por administradores civis e militares, os quais fazem uso de categorias jurídicas correntes sobre a posse da terra e sobre os direitos dos denominados “nativos” e de esquemas interpretativos difundidos no seio da burocracia, explicando fatos e realidades localizadas. O percurso descrito por Lopes vai, entretanto, afastando-o mais e mais da província, do beletrismo, do lugar-comum douto e das interpretações sociológicas espontâneas resultantes de automatismos de linguagem. É possível constatar que Castro Faria sublinha isto de maneira vívida e inequívoca. O convívio de Raimundo Lopes no Museu Nacional com Heloisa Alberto Torres, Roquette-Pinto e o próprio Castro Faria impele-o para autores alemães, para os teóricos da antropogeografia. Impelido ao afastamento da certeza meridiana dos “relatórios burocráticos” dos comentadores regionais, é apresentado a

clássicos como Ratzel e a teóricos da antropogeografia e mais tarde Franz Boas. A antropologia num golpe de força é aproximada da geografia. A hipótese de Ratzel é que o grau de desenvolvimento de uma cultura dependeria do meio ambiente. O meio determinaria tudo. Em decorrência o controle estratégico do “espaço vital” torna-se imprescindível para uma sociedade se desenvolver. Roquette-Pinto lia os alemães e Raimundo Lopes o lia, integrando a “escola ratzeliana do Museu Nacional”. Mas R. Lopes lia principalmente os franceses “possibilistas”, Vidal de La Blache e Jean Brunet, apesar de ter escrito *Antropogeografia*.

Se é fato que Franz Boas foi aluno de Ratzel e rompeu com a geografia ao se aproximar da antropologia, uma outra vertente da antropologia, que não é física, mas cultural parece ter despertado em Raimundo Lopes uma competência específica em seu trabalho etnográfico sobre a pesca nos lagos de Viana (MA). As etnografias periféricas que produz demonstram uma abordagem diferente daquela de Gilberto Freyre, que teria outros interlocutores. Freyre menciona as aulas de Boas, que teria frequentado nos Estados Unidos após a I Guerra Mundial e elabora uma interpretação positiva do processo de miscigenação. R. Lopes, por sua vez, pratica uma abordagem etnográfica, descrevendo processos de trabalho na pesca e em áreas de cultivo. Suas formulações mais amplas que à primeira vista sugerem mais aproximadas de temas pertinentes ao projeto redentorista de Roquette-Pinto, ou seja, a “redenção do Brasil pela educação”, e do “positivismo rondonista”, balizando as expedições militares, que adentram os sertões, em expedições militares, estendendo as linhas de comunicação por telégrafo e dando a público os relatórios de contato com povos indígenas. Raimundo Lopes, neste sentido, reproduziria Roquette-Pinto, que reconhece explicitamente isto na epígrafe da terceira edição de *Rondônia*, cuja primeira edição é de 1916, o mesmo ano de *O Torrão Maranhense*. Raimundo Lopes, entretanto, supera esta sombra do rondonismo e se concentra em pesquisas etnográficas, levando em conta os trabalhos de campo como prática científica, e focalizando seus esforços descritivos na

pesca, nos povos indígenas e na história das ciências. Os exemplos mais diretos concernem a três textos: “Os Tupis do Gurupy” , “Pesquisa etnológica sobre a pesca brasileira no Maranhão” e “Gonçalves Dias e a raça americana”.

Os critérios de seleção de textos de Raimundo Lopes na presente edição de **Guarimã** concorrem, pois, para o debate sobre os critérios arbitrários de classificação de produtores intelectuais e científicos e sobre a atualidade de práticas colonialistas em trabalhos de pesquisa no Maranhão e na Amazônia, contribuindo para uma compreensão mais acurada de temas e problemas que caracterizam no presente o campo de produção antropológica.